

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 2010.

Aos três dias do mês de novembro de dois mil e dez, às nove horas, realizou-se a Terceira Reunião Ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no Auditório da Prodesan sito à Pça. Dos Expedicionários nº 10, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 2ª reunião; 2 – Aprovação da Carta Ambiental de Caruara; 3 – Comunicados da Secretaria; 4 - Assuntos Gerais. Não compareceram à reunião os seguintes representantes: SEDUC, SEMES SIEDI, SMS, SEAS UNIMES, UNIP, CIESP, CREA, SINDICATO DOS ENGENHEIROS SOS PRAIAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO, COMEB, CET .e apresentaram justificativa de ausência: SEPLAN, PRODESAN, UNIMONTE, OAB, FUNDAÇÃO MOKITI OKADA. O Presidente deu início à reunião parabenizando todos os conselheiros presentes. Passou ao primeiro item da pauta e após a dispensa da leitura da ata pelos conselheiros, colocou-a em votação e foi aprovada por unanimidade. No segundo item, o Presidente lembrou que foi enviada por e-mail, a Carta Ambiental, para apreciação dos conselheiros e perguntou se todos receberam. Neste momento a representante do Clube Soroptimista de Santos, Irene Santos Gomes disse não ter recebido quando a Secretária do Conselho explicou que esta conselheira, é a única que recebe todos os comunicados via correio. Entretanto, a Carta Ambiental está disponibilizada no site do Portal dos Conselhos. Em seguida o Presidente pediu para o Biólogo Alexandre Rezende – Semam, dirimir possíveis dúvidas acerca do assunto. Pediu a palavra o conselheiro Jaime Esteves – SOS Orquídeário Íntegro e Defesa Ambiental, que indagou se haverá acompanhamento e fiscalização nas futuras invasões. Respondeu o Biólogo Alexandre Rezende que, a Semam em parceria com a Administração da Área Continental, há muito tempo tem essa área sob controle e ressaltou que apenas aguardavam a aprovação da referida Carta, cuja elaboração demandou muitos anos, cujo foco principal será estabelecer os parâmetros de ocupação e crescimento daquela região amparados na legislação. Falou que a idéia inclusive, após sua aprovação, será disponibilizá-la na sede da Administração Regional, para consulta daquela comunidade com o objetivo de que conheçam a legislação bem como as áreas gravadas de preservação. Informou que os próprios agentes da Administração, verificam diariamente todas as áreas e foi enfático ao falar que em Caruara existe um congelamento, entretanto, pode até haver uma invasão esporádica porém, ao tomar conhecimento da ocorrência é mobilizada a Administração Regional da Área Continental, a Semam, a Secretaria de Infraestrutura, a Guarda Municipal e também a Polícia Ambiental, que colabora constantemente com ações dessa natureza, sobretudo no Iriri e Quilombo. Citou um exemplo de ação conjunta e enfatizou que hoje a preocupação é muito grande, diferente do que acontecia no passado. Faz mais de dez anos que houve um reforço na Área Continental, e em função disso algumas áreas anteriormente degradadas encontram-se em processo de recuperação total pois o controle que vem sendo feito é muito rigoroso. Referiu-se a alguns casos omissos bem antigos, no Caruara, que cujos processos foram abertos no Ministério Público de áreas pontuais, e que também foram observados na Carta. Se alguma área foi descaracterizada por algum motivo, que deixará de ter a caracterização da formação florística original prevista na Lei do Bioma Mata Atlântica, e destacou que só foram gravadas as áreas com vegetação remanescente nativa que fazem parte do ecossistema natural. Neste momento, o Presidente falou que se não houvesse mais nenhuma dúvida, gostaria de encaminhar a Carta Ambiental para votação dos conselheiros. Não havendo nenhuma manifestação contrária, os conselheiros aprovaram a Carta por unanimidade. No terceiro item da pauta, o Presidente pediu à Secretária para manifestar-se, e esta informou o recebimento de ofícios da Câmara Municipal. A pedido dos conselheiros, a mesma leu os requerimentos dos Vereadores

Benedito Furtado e Hugo Duppre. Em seguida, no quarto item da pauta, o Presidente lembrou a questão do horário das reuniões que têm sido alvo de questionamento de alguns conselheiros. Ele destacou que a reunião anterior foi realizada às dezessete horas, entretanto, verificou que o número de conselheiros foi bem inferior ao desejado e que em virtude disso esta reunião retornou ao horário anterior, ou seja, nove horas, e que para o próximo ano o horário será motivo de pauta e submetido à votação. Lembrou que por ser início de biênio gostaria de fazer um planejamento, coletar sugestões para as próximas pautas bem como avaliar conjuntamente a realização de reuniões itinerantes e pediu para os conselheiros apresentarem sugestões de locais. Neste momento, o conselheiro Jaime Esteves colocou à disposição o Auditório da Associação dos Aposentados da Fundação CESP, da qual é o atual Presidente. O Secretário de Assuntos Portuários e conselheiro, Sergio Aquino ressaltou que a experiência mostra que os Conselhos com reuniões em dias, horários e locais fixos, tem muito mais produtividade do que os que fazem reuniões itinerantes, mas nada impede que em determinado momento seja feita uma reunião em determinado local cujo assunto seja pertinente ao mesmo. Repetiu que não considera produtivo o rodízio de reuniões porque não cria vínculos e considera o Auditório da Prodesan um local adequado. A seguir a conselheira Ligia Dutra – SIEDI, perguntou se a Carta Ambiental de Caruara ficaria disponível em meio digital, e Secretária Margareth informou que já está inserida no site do Portal dos Conselhos há mais de uma semana. A conselheira questionou também se o referido documento permaneceria disponível para consulta por quanto tempo, e a Secretária falou que somente será retirado após sua solicitação. Então, a conselheira destacou que acha interessante que o documento fique disponível por algum tempo, para que a comunidade de Caruara possa ter acesso às informações da Carta Ambiental. Referiu-se ao planejamento para o próximo ano citado anteriormente pelo Presidente, e acredita na importância da retomada das Câmaras Técnicas com uma abordagem dos temas atuais como o Petróleo e Gás e outras questões em evidência que tenham interface com o Meio Ambiente, trazê-las para o Comdema em princípio como informação e depois talvez emitirmos alguma sugestão. Pediu o Presidente, que a Secretária Margareth fizesse a leitura da composição das Câmaras Técnicas, e informou que se alguém desejasse fazer parte das mesmas poderia se manifestar. A Secretária lembrou que todas as Câmaras estavam sem Coordenador e ainda havia uma vaga na Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e outra na de Educação Ambiental. Após a leitura, a conselheira Ligia Dutra solicitou seu ingresso na Câmara Técnica de Qualidade Ambiental, cuja anotação foi providenciada pela Secretária que comprometeu-se a enviar por e-mail aos conselheiros, a referida composição. A seguir o conselheiro Sergio Aquino manifestou-se sobre a necessidade de tomar conhecimento a respeito das Câmaras Técnicas, principalmente na de Gerenciamento Costeiro e Legislação pois envolve a questão portuária. Destacou os temas citados pela conselheira Ligia Dutra que no seu entender justifica a criação de uma Câmara Técnica que envolva Porto, Petróleo e Gás. Considerou que tratam-se de assuntos estritamente ligados ao Meio Ambiente e que deveriam ser largamente debatidos neste Conselho. Retomando a palavra, o Presidente colocou que no seu entender, a Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro é pertinente para abordar os assuntos citados pelo conselheiro Sergio Aquino, que por sua vez contestou pois acredita que essa Câmara discutirá de forma muito mais ampla todos os assuntos, e fez considerações acerca da questão. Repetiu que o principal negócio de nosso município é a atividade portuária, logística e agora virão as atividades offshore. Falou que infelizmente a cidade nunca debateu o tema Porto nos seus instrumentos, e que continua não debatendo considerando que este assunto deveria fazer parte da agenda do meio ambiente. Comentou que participou diversas vezes de eventos internacionais e as principais entidades do mundo consideram expansão e reordenamento portuário como um dos maiores instrumentos costeiros para melhorias ambientais. Um Porto bem implantado com tecnologia moderna, contribui

significativamente com o meio ambiente, com a convivência urbana pois retira os terminais instalados em bairro como ocorre atualmente. Sugeriu a criação de uma Câmara Técnica totalmente voltada para atividades portuárias, offshore e estaleiros. Em função do que foi colocado, a secretária Margareth informou que a criação de uma Câmara depende da alteração na Lei do Comdema. Em seguida o Presidente falou que a sugestão foi acatada e será levada adiante. A conselheira Ligia Dutra opinou que o tema proposto é relevante e poderá ser debatido, enquanto a alteração na Lei estiver em andamento. Pediu a palavra o conselheiro Ernesto Kazuwo – Defesa Civil, e disse que sua proposta também baseia-se na mudança da legislação e justificou que a cidade está em constante processo de crescimento econômico e os Conselhos não sofram uma evolução simultânea. Disse que a Defesa Civil está intimamente ligada com a questão de emergências ambientais e percebeu por parte das Empresas, que este será o ponto crucial para o desenvolvimento sustentável. Considerou que não só offshore mas toda a cadeia logística e a cidade está muito alheia a todas essas situações, e compartilhou da mesma idéia do Secretário Sergio Aquino. Sugeriu o Presidente, que a Defesa Civil faça uma apresentação na próxima reunião do Comdema, sobre o assunto em tela e o conselheiro Ernesto destacou que poderá inclusive trazer a organização das Empresas através de seus planos de emergência, e acredita que estas terão interesse em apresentá-las. Solicitou ainda, uma apresentação no Comdema, do Plano Preventivo de Defesa Civil, que trata dos desastres naturais e para uma próxima oportunidade a abordagem sobre os desastres em relação as atividades industriais. Lembrou o conselheiro Jaime Esteves, que a Alemoa é um exemplo dessa questão, devido a sua periculosidade efetiva em virtude do Petróleo e Gás existentes naquela região. Tornou a falar o conselheiro Ernesto, que para desfazer qualquer mal entendido, existe todo um mapeamento de riscos ambientais das atividades industriais e destacou que a Ilha Barnabé é famosa historicamente pelo perigo que oferece, mas os estudos ambientais mostram o contrário e isso precisa ser transmitido à sociedade e está diretamente relacionado com o desenvolvimento sustentado. O conselheiro Sergio Aquino pediu para explicar que o segmento de líquidos de Santos, tanto Ilha do Barnabé quanto Alemoa, hoje é referência mundial em plano integrado de emergência e em sistemas de controle, e que não há atividade humana sem riscos mas a questão é se ter instrumentos para minimizar riscos e combater quando se tem uma ocorrência, e destacou que é o melhor plano do Brasil e um dos melhores do mundo. Reafirmou a importância da apresentação da Defesa Civil como também da participação das Empresas, para o conhecimento de toda a sociedade. Manifestou-se o conselheiro Martin Aron – Associação Comercial, e disse que devido à relevância deste assunto observou que, além do Pré-Sal ter ocupado a mídia ao longo da campanha eleitoral, participou de um evento cujo tema exposto abordava o meio ambiente em relação ao Porto, a cidade com experiências no mundo todo e apresentaram dados estatísticos expressivos que não eram do seu conhecimento. Sugeriu que o conselheiro Sergio Aquino possa trazer ao Comdema a referida palestra, cujo conteúdo será muito útil ao Conselho. Pediu a palavra a conselheira Ligia Dutra, para sugerir a votação de um tema principal que norteará as discussões do Comdema para o próximo ano. Falou ainda que seria interessante que cada conselheiro enviasse uma sugestão de pauta, através de e-mail, pois somente assim será possível organizar as reuniões e agrupar os temas afins com a finalidade de direcionar melhor os debates. Logo após a conselheira Alexandra Penteado – Unisanta, solicitou que o Comdema retome as discussões sobre o Plano Diretor pois os trabalhos continuam em andamento, já foram realizadas várias audiências públicas e destacou que seria muito importante que os conselheiros tomassem conhecimento das atualizações propostas no referido Plano. A questão do horário das reuniões do Comdema foi novamente levantada em função de ter havido reunião do CMDU nesta data, motivo do questionamento de alguns conselheiros. Pediu a palavra o conselheiro Peilton Sena – Unilus, para dizer que esperava uma nova apresentação da

Carta Ambiental, haja vista a impossibilidade de alguns conselheiros em acessá-la. Explicou a Secretária Margareth que a pauta do dia referia-se à aprovação do referido documento que, além de ter sido enviado por e-mail aos conselheiros também estava disponibilizado no Portal dos Conselhos há mais de uma semana. Finalizando, o Presidente agradeceu a presença de todos desejando um bom dia. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata que lida e achada exata, vai assinada por mim Margareth Santiago Ferreira – Secretária e pelo Presidente João Guedes Neto.

JOÃO GUEDES NETO
Presidente

MARGARETH SANTIAGO FERREIRA
Secretária